

“SABER A VERDADE QUE NINGUÉM CONTA”: NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E A “DESTRUIÇÃO” DO ENSINO PÚBLICO

*“KNOWING THE TRUTH THAT NO ONE TELLS”: BRAZILIAN NEOCONSERVATISM,
EDUCATION, TRAINING AND THE “DESTRUCTION” OF PUBLIC EDUCATION*

 [0000-0002-7790-2884](https://orcid.org/0000-0002-7790-2884) Katya Braghini^A
 [0000-0003-4460-7704](https://orcid.org/0000-0003-4460-7704) José Antonio Sepulveda^B

^A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil

^B Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Recebido em: 05 mai. 2022 | Aceito em: 08 set. 2022

Correspondência: José Antonio Sepulveda (jamsepulveda3@hotmail.com)

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar como as diferentes concepções de conservadorismo ganharam força nos últimos anos no Brasil, em especial após a ascensão do atual Presidente da República, aglutinada em um movimento que Lacerda (2019) chamou de neoconservador, consubstanciando perspectivas religiosas fundamentalistas/extremistas com propostas neoliberais de privatização dos serviços públicos educacionais, em diferentes frentes. A partir de análise documental e revisão bibliográfica, apresenta-se os impactos desse movimento na correlação de forças no campo da educação. Percebe-se uma miríade conservadora em coalização em nome do privatismo, o que resultaria no controle parental pela educação domiciliar; a privatização do patrimônio educacional público para fins de capitalização; a dissolução do caráter público, visando segregacionismo, disfarçado de “liberdade”. Aponta para o enfrentamento de tal situação como um combate em nome das escolas públicas no país.

Palavras-chave: neoconservadorismo; pensamento conservador; privatização do ensino público.

Abstract

The purpose of this article is to show how different conceptions of conservatism have gained strength in recent years in Brazil, especially after the rise of the current President of the Republic, coalesced in a movement that Lacerda (2019) called neoconservative, substantiating fundamentalist/extremist religious perspectives. with neoliberal proposals for the privatization of public educational services, on different fronts. Based on documental analysis and bibliographic review, the impacts of this movement on the correlation of forces in the field of education are presented. A myriad of conservatives can be seen in coalition in the name of privatization, which would result in parental control through home education; privatization of public educational assets for capitalization purposes; the dissolution of the public character, aiming at segregationism, disguised as “freedom”. It points to the confrontation of such a situation as a fight on behalf of public schools in the country.

Keywords: neoconservatism; conservative thinking; privatization of public education.



Introdução

A vitória de Jair Bolsonaro no pleito de 2018 não foi um fato isolado, muito menos um acidente histórico. Sua ascensão vem no bojo do crescimento mundial dos conservadorismos. É importante frisar que alguns grupos conservadores têm uma agenda internacional articulada por diferentes representantes daquilo que Steve Bannon, um dos principais intelectuais orgânicos dessa proposta, e outros intelectuais, inclusive coletivosⁱ, como a Breitbart News por exemplo, chamam de “nacional populismo”.ⁱⁱ Tal proposta já apresenta por princípio uma contradição: possui uma agenda internacional para um populismo nacional.

Essa contradição é resolvida a partir da construção de uma retórica que naturaliza as desigualdades de classe, raça, gênero, sexo, territorialidades, entre outras. E esta característica é a principal arma narrativa dos conservadores: a definição dos inimigos, claramente identificados e, na maior parte do tempo, estigmatizados, além da política do medo. Ao mesmo tempo, tal narrativa apresenta uma “solução” espiritualmente confortante a este grupo, ou seja, a agremiação pelo discurso de ódio, reproduzido pelas mídias sociais, contra aqueles que não se conformam à idealização do “cidadão de bem”. Por isso, o título deste artigo precisa ser explicado, para pensar sobre essa segurança autocomplacente, quando esses tais neoconservadores enxergam inimizades em quaisquer manifestos contrários aos deles.ⁱⁱⁱ

A primeira parte do título é uma frase dita pela jornalista Carol Pires em seu *podcast* “Retrato Narrado”, sobre a vida de Jair Bolsonaro. Essa série é um estudo sobre a trajetória de vida e política deste sujeito até se tornar Presidente da República. Em um determinado momento, a jornalista sintetiza a presença de Olavo de Carvalho como o mentor intelectual do “bolsonarismo”, fazendo uso da frase indicada no título: “Ele parece saber ‘a verdade que ninguém conta’”. Segundo a jornalista, a tal “verdade” seria resultado de conhecimentos acumulados por leituras, escritos e delírios. A tal verdade, inclusive, remete-nos tanto a uma ideia mística, de um conhecimento superior e conhecido apenas por ele, quanto a um enquadramento autoritário: ter uma verdade em mãos que mais ninguém alcança.

Já o termo “destruição” em relação ao ensino público não foi usado como metáfora para ilustrar os rotineiros e sistemáticos processos de desmonte da escola pública, ou à paralisação de financiamentos à ciência, ou à massiva entrada do universo de interesses privados na educação pública, seja ela básica ou superior. Não. Para Olavo de Carvalho, a destruição das estruturas, como elas são ou estão, é o cerne de uma plataforma política para a construção de uma “nova cultura”.

O objetivo desse texto é compreender como essa “nova cultura” de direita, nacional populista, está organizada e como tem atuado sobre as políticas públicas em educação no atual governo. Não se trata de apresentar uma categoria generalizante que condense os diferentes grupos de interesse sobre o ensino público brasileiro, mas, progressivamente, destacar práticas e ações que os caracterizam como sujeitos, capilarizados, apresentando-os dentro de seus jogos de coalização e separação enquanto julgam o que deve ser a educação brasileira.

Os termos “neofascismo”, “fascismo” “neoconservadorismo” e “conservadorismo” parecem representar os interesses de grupos diferentes que se amalgamam para gerar mobilização social em nome de uma nova política educativa.^{iv} Isso não é uma questão meramente semântica, pois a oscilação de termos mostra a agitação de facções e níveis de ação da direita hoje. O texto opta pela expressão “neoconservadorismo”, no sentido de operacionalizar a apresentação dessa miríade, matizada ao longo do texto.

É possível enxergar três blocos neoconservadores atuando pela transformação da educação pública brasileira, pelos seguintes caminhos: alteração do caráter público do ensino, cartografias de consumo de tecnologias, poder privativo das famílias em rechaçarem o ensino público obrigatório, desmoralização da educação pública em todos os níveis, transformação de professores e acadêmicos em inimigos públicos etc. Para uma primeira visualização, identificamos os grupos como sendo: a) os evangelizadores, atuando principalmente, por uma pauta moralizadora, em nome da tradicional família brasileira; b) os privatizadores, grupo mais interessado em transformar o patrimônio público em fundos de investimento; c) os reacionários, às vezes francamente fascistas, pela voz de Olavo de Carvalho e seus assemelhados.

Temos aqui a análise de diferentes referências bibliográficas que estudam e traçam perfis sobre o conservadorismo ao longo da história, relacionadas às pesquisas que acompanham os processos de modificação estrutural na educação brasileira, especificamente no ensino público em diferentes níveis. Também analisamos documentos contemporâneos retirados da imprensa, observação de ativismo social conservador em mídias eletrônicas, sites de relacionamento, sites privados, repositório de vídeos, além de todos os vestígios e evidências possíveis que mostram a ordenação de uma rede de contatos e coalizões organizada por diferentes grupos, os quais se identificam como “conservadores” ou como sendo à “direita” no Brasil.

Trata-se de observação de documentação primária produzida no mundo digital por ciberativismo. Esse movimento metodológico é cabível, pois a internet é um arquivo vivo de

produção de informações e conhecimentos não lineares, mantendo de maneira homóloga, registros e transações desses grupos, conectados também pela interligação de projetos, sejam representados em ideais, pautas de trabalho, movimento político. É sabido que estamos diante de um novo espaço de socialização e que, por meio dessas pistas digitais, é possível analisar a infraestrutura material criada e empregada para a geração de identificações, manifestações, consensos, motivados por cada um dos interesses particulares. Por isso, são apresentados hiperlinks, à guisa de documentos, de modo a vasculhar o território constituído por esses grupos conservadores, buscando suas conquistas políticas e sociais.

Esse artigo justifica-se porque aponta à complexa organização de interesses que se colocam à direita política no Brasil, entendendo que esse termo agrupa diferentes orientações sociais, culturais, morais, mas que também, sistematizam seus caminhos para tirar proveito de uma agenda comum. Sempre que possível, o texto mostrará os canais de conexões de interesses dessa tecitura da direita, ora pensando as coalizões, diretas ou indiretas, ora apresentando suas contrariedades. O artigo pretende captar, ainda que de maneira panorâmica, como esse grupo está atuando na disputa política em nome da educação brasileira.

O pensamento conservador é situacional, processual, histórico

Pensamento conservador, conservadores, conservadorismos, neoconservadorismo, no universo da cultura, são as múltiplas nomeações de certos grupos que, na história, mostram-se visivelmente combinados quando sentem alguma ameaça no sistema de estabilização social proposto pelo mundo liberal. Discursos conservadores possuem um forte poder de aderência que seduz facilmente diversas frações de classe em momentos de crise (GRAMSCI, 2010). Vivemos hoje um desses momentos, por isso a importância de um debate qualificado sobre os elementos que formam um denominador comum dos conservadorismos propiciadores de sua identificação enquanto retórica, também compreendida como “prática política”.

Segundo Mannhein (1959), é importante entender como o indivíduo é estimulado, consciente ou inconscientemente, a ter um pensamento e uma ação que já existia antes que se tenha a consciência em relação a qualquer condição política. O conservadorismo político é visto como estrutura mental objetiva, em oposição à “subjetividade” do indivíduo isolado. Todavia, o conservadorismo também não é uma entidade objetiva da pré-existência das ideias. Não é objetiva no sentido de ser eterna e universalmente válida. Nenhuma duração *a priori* pode ser feita dos “princípios” do conservadorismo. Não é um princípio imanente com leis de desenvolvimento determinadas, que os indivíduos, apenas desenvolvem, sem adicionar nada de

si próprios. Ele existe na relação com os indivíduos que o realizam na prática e que o incorporam em suas ações (SEPULVEDA E SEPULVEDA, 2020 e SEPULVEDA E SEPULVEDA, 2019).

Essa tese de um prolongamento objetivado de interesses que captura novos agremiados com ideais de conservação social foi endossada por Löwy (2000), quando defende que a desigualdade social constrói diferentes visões sociais de mundo e a perspectiva conservadora é aquela que afirma a naturalidade da desigualdade social, sempre em contraposição a qualquer perspectiva utópica e transformadora. Mayer (1997) reforça essa análise ao afirmar que a força da tradição não está somente nas desigualdades sociais. fruto das desigualdades econômicas, está também na construção de uma narrativa cultural poderosa que disputa comportamentos e costumes na sociedade. Este autor destaca a ligação direta entre os conservadores e a difusão de ideários aristocráticos como um projeto social. Por esta perspectiva, o pensamento conservador também pode ser caracterizado como uma ação que parte de uma classe a outra, já que se trata do poder de criar a sua legitimidade, buscando a universalização dos interesses.

Uma agenda conservadora só pode ser entendida a partir da compreensão histórica do discurso conservador. Os estudos que analisam os diferentes estilos de pensamentos conservadores mostram que a Revolução Francesa atuou como força catalizadora e como marco histórico do processo social de classificação de grupos, entre progressistas e conservadores, diante das diferentes propostas de transformação social que ampliam a participação política e o ordenamento jurídico, englobando as conquistas das camadas mais pobres da sociedade. Por refrear a ação social, o conservadorismo político cumpre um papel contrarrevolucionário e antidemocrático.

Hirschman (1992), citando Marshal (1949), aponta três momentos em que o discurso conservador esteve mais ativo: na luta contra os direitos civis defendidos pela Revolução Francesa; no processo de conquista dos direitos políticos, em especial no século XIX, com os manifestos pelo sufrágio universal; e, por fim, na luta contra o Estado Social, o *welfare state*, combatendo as políticas sociais e de assistência. Portanto, o autor identifica as ressignificações da retórica conservadora, passíveis de captação mediante a observação empírica do processo em observação.

A nomenclatura que institui a conservação como ato político e movimento social é categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo e das relações de poder. Conhecemos o conservadorismo a partir dos discursos e das práticas das pessoas. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos

permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. O conservadorismo é um elemento ideológico que constrói uma determinada narrativa, pela explicação de base histórica.

Como disse Hirschman (1997), há a possibilidade de se fazer uma “cartografia” da retórica dos conservadores, pois este autor viu certos padrões argumentativos e invariáveis dos conservadores, ao longo do tempo. As ondas de reação conservadora são relativamente estáveis e são ativadas diante de ações progressistas por meio da combinação ou do posicionamento independente de três teses que são usadas, a depender da ocasião. São elas: a tese da perversidade, tese da futilidade e tese do risco.^v

Mayer (1977) sustenta que o pensamento conservador não tem uma inovação criativa, pois é, antes de tudo, uma refutação articulada que precisa dar coerência aos discursos em nome da defesa das instituições, sejam elas sociais, econômicas, morais, estéticas etc. Embora esse primeiro argumento possa ser parcialmente refutado, o autor vê no pensamento conservador uma espécie de cálculo instrumental, uma ideologia programada por grupos que são obcecados pela ameaça onipresente das crises. Chamam de “desestabilização social” os processos sociais contraditórios, imediatamente sentidos com anormalidades.

Todavia, não se pode dizer, como afirma Bobbio (1992), Bonazzi (1992) e outros autores, que o conservadorismo não é uma teoria e não é teorizante. Há um sentido de estabilização dos tipos de discursos que sustentam a manutenção do mundo como ele é, mesmo quando os discursos se apresentam como “modernizadores”. No entanto, ao longo da história é possível ver diferentes teorias conservadoras. Afinal, o termo se refere a um conjunto de práticas e de retóricas que inviabilizam e dificultam a mobilidade social.

O conservadorismo é um estilo de pensamento e ação social ativada, que possui algumas regras relativamente fixas, pois parte do princípio de que a ordem é uma condição natural na sociedade. E, quando mobilizado, é calculado, programado e pode ser recriado em novas vestes. Há retração conservadora, quando existe uma estabilidade estacionária. Isto é, conservadores não se ativam ou se opõem a qualquer mudança, por isso são mais evidentes quando se apresentam como sujeitos “atacantes”. Essa ideia combina com o estudo de Huntington (1957), que, entre outras posições, atenta-nos sobre a condição “situacional” da ação conservadora; o seja, sobre a montagem de coalizões que visam preservar as instituições que lhe são caras, pensando-a no processo histórico. É a alternância desses padrões, o formato do discurso e a forma de mobilização dos agentes os pontos de interesse dessa análise.

Portanto, pensando as modalidades de pensamento; as possibilidades de aliança e aglutinações de grupos; a sua ativação diante da contradição social e a posição histórica

situacional, traçamos a partir daqui um histórico da atuação do neoconservadorismo brasileiro atual e sua relação com a educação.

Neoconservadorismo brasileiro e a educação

A política educacional brasileira vem acendendo as pautas conservadoras, tendo como base os objetivos moralizantes, normativos e desqualificadores de diferentes grupos sociais. O movimento “Escola Sem Partido” (ESP) é um exemplo disso. Este tenta impedir que as discussões sobre temas políticos e de costumes ocorram nas instituições escolares, sob alegação de que essas discussões estão destruindo a “tradicional família brasileira”; e os professores estariam doutrinando os alunos, ensinando-os a serem “esquerdistas” e “comunistas”. Essas práticas encontraram apoio em grupos religiosos, em especial e majoritariamente, de uma determinada perspectiva extremista, mas não exclusivamente evangélica ou mesmo fundamentalista.^{vi}

A palavra fundamentalismo vem do entendimento puritano anglo-americano, divulgado nos Estados Unidos de que os crentes devem se ater aos fundamentos da fé cristã, à Bíblia, e suas narrativas fundamentais. Sua origem remonta ao século XIX e à reafirmação de dogmas contra o chamado liberalismo cristão e o Iluminismo em geral. Entretanto, isso não implica a rejeição total de crenças e comportamentos antagônicos, necessariamente (ALVES, 2010). Entretanto, o uso da expressão para fazer alusão a comportamentos extremistas, aliada à ação e posicionamento de alguns segmentos do campo religioso, contribuiu para a consolidação de um rótulo negativo aos “fundamentalistas”, colocando-os como os grandes responsáveis pelos retrocessos em curso na sociedade brasileira. (VITAL DA CUNHA, LOPES E LUI, 2017) A atuação de uma parcela dos chamados fundamentalistas nas disputas e transformações no campo dos valores e da moral deve ser considerada.

Tendo em vista que não são todos os segmentos fundamentalistas que rejeitam as mudanças sociais, é relevante fazer a distinção proposta por Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) entre fundamentalismo e extremismo, sendo este, o termo para quem apela às medidas religiosas radicais, para alcançar objetivos políticos (SEPULVEDA E MENDONÇA, 2021). Também apresentados como neopentecostais^{vii} ganham relevância, principalmente, a partir da década de 1970, quando é inaugurado um novo perfil religioso. Os neopentecostais possuem duas características muito marcantes, a necessidade de fomentar a vida comunitária e marcar fronteiras morais entre todos os seus membros. São cativantes ao prometer, sob linguagem acessível, a resolução de problemas, sejam eles familiares, afetivos ou econômicos Também

são indicadores das ditas práticas socialmente “desviantes”, como o alcoolismo, o adultério e o uso de drogas. Os próprios preceitos requerem a conservação da família nuclear rechaçando tudo o que foge a essa lógica, como o aborto, o relacionamento homossexual etc. Ancorado na conservação dos valores familiares e, ao mesmo tempo, flexibilizando práticas da vertente evangélica tradicional, o neopentecostalismo transmite a seus fiéis valores e condutas ditos corretos: a maneira de falar e de se portar, ou seja, “um conjunto normatizado de comportamentos que dão base de sustentação tanto social quanto econômica” (PAULA, 2013).

De certo modo, Machado e Burity (2014, p.602-603) mostram que a praxis neopentecostal é o principal motivo para que o grupo pleiteasse cadeiras no Poder Legislativo. Primeiro, para estabelecer um contato menos assimétrico entre a sua Igreja e o Estado. Depois, posicionando-se contra a agenda política dos movimentos feministas e pela diversidade sexual, para se impor frente às políticas públicas no campo da educação, da saúde e das relações familiares; criando uma proposição coletiva com pretensões de reconhecimento e influência.

No último processo eleitoral de 2018, esses grupos extremistas ganharam muito espaço no congresso nacional, aumentando a pressão pelo projeto ESP. Segundo Ratier (2016), ao analisar o mencionado projeto, o fim da doutrinação ideológica nas escolas só seria possível com “a garantia de uma educação neutra; com liberdade de consciência; respeito à ‘convicção moral’ da família e proteção de crianças e jovens – que ainda são ‘vulneráveis’ e, por isso, podem ser influenciadas (ou doutrinadas) pelos professores” (RATIER, 2016, p. 35). Para acabar com o que chamam de “doutrinação” nas salas de aula, uma das principais apostas do movimento tem sido a mobilização de parlamentares para que protocolem Projetos de Leis (PLs) “Escola Sem Partido” em diversas Casas Legislativas – municipais, estaduais e federal.^{viii}

O ESP ganhou força no debate nacional quando associou a sua imagem à luta contra a chamada “ideologia de gênero”. Esse termo foi desenvolvido para designar uma pretensa prática escolar de ensinar às crianças a possibilidade de assunção de diferentes identidades de gênero, independentemente de sua identidade sexual. Ou seja, o que os conservadores políticos dizem é que a escola está ensinando os alunos a serem lésbicas e gays. A partir das ações desenvolvidas pelo ESP, passou-se à perseguição de professores nas escolas, a ponto de os PLs apresentarem propostas de criação de canais de denúncia contra professores que se “desviassem” de suas obrigações.

Esse intervencionismo de ordem moral tem afetado as políticas públicas, a rotina da cultura escolar, o planejamento de materiais didáticos etc. Este grupo interferiu no Plano Nacional da Educação, no Estatuto da Família, opuseram-se ao “Programa Escola sem

Homofobia”, impulsionaram a “Escola sem Partido” e são favoráveis ao *homeschooling*, que será analisado adiante. Vemos que a tal ação “pró-família” se faz, principalmente, pela mão de evangélicos como reação direta aos movimentos feministas e LGBTIA+.

Este grupo considera o ensino público e os processos escolarizados como terreno de batalha para a manutenção de valores tradicionais ou francamente reacionários. Enxerga a escola como lugar da conservação, impedindo a criação de outras tradições curriculares, como a ampliação do conceito de família. Ainda intensificam a sua interferência com a pregação de destruição do ensino público por sua configuração estatal, principalmente ao renegar as pautas voltadas à diversidade social e de orientação de gênero.

Em primeiro lugar, é perceptível que o neoconservadorismo brasileiro está fixando um ideário privatista, acima de tudo. Primeiro porque defende o predomínio do poder privado de aspecto corporativo em todas as instâncias públicas ou de bem comum. Agem pelo desmonte das conquistas sociais do Estado brasileiro alterando-o à meritocracia individualista, pilar da racionalidade neoliberal, com exponencial crescimento na América Latina desde os anos 1970. Na ordem familiar, favorecem a interferência do estado punitivo em aspectos pessoais, principalmente no plano da moralidade. Pensando esse estado punitivo há ainda quem defenda uso da força pela liberação das armas (LACERDA, 2020, p. 58).

Vemos de forma sumária um quadro complexo de agentes se relacionando por uma agenda tanto neoliberal quanto de evangelismo extremista, cujos vasos comunicantes, já consolidados sob ofensiva de caráter transnacional^{ix}, acabou por se firmar como um braço ideológico que enxerga o ensino público como um laboratório de experimentação para processos de privatização dos mais variados tipos.

Vemos de forma sumária um quadro complexo de agentes se relacionando por uma agenda tanto neoliberal quanto de evangelismo extremista, cujos vasos comunicantes, já consolidados sob ofensiva de caráter transnacional^x, acabou por se firmar como um braço ideológico que enxerga o ensino público como um laboratório de experimentação para processos de privatização dos mais variados tipos.

Há um grande movimento, que se verifica desde a década de 1990, para levar a escola pública ao livre mercado e aos valores do *accountability*, dando ênfase às ideias de empreendedorismo e competição; traçado por um movimento mundial de reforma educacional que visa transformá-la em instituição rentável, pelas designações de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, consultorias financeiras, empresas de novas tecnologias

de informação e comunicação, fundações diversas, *lobbies* empresariais, *think tanks* intelectuais e operativas, e diferentes aparelhos que pregam a ideologia do libertarianismo. Todas enxergam a escola pública, não apenas como veículo de ganhos, mas a entendem como tecnologia fundante da subjetividade neoliberal.^{xi}

Catini (2019, n.p) aponta que a inovação educacional proposta ao ensino público na atualidade, principalmente no estado de São Paulo, caminha pelo processo de terceirização dos serviços sociais, o que permitiu transformar a escola em ativo financeiro de uma imensa indústria de serviços educativos; que viu na educação um bem comercializável como qualquer outro, principalmente pela perspectiva da OMC. A pesquisadora indica que bancos e conglomerados empresariais fecham contratos de gestão com o estado, passando a prestar serviços educativos, fazendo uso dos próprios fundos de investimento, para negociar abertamente no mercado financeiro, para depois se apresentar como agência de “responsabilidade social”. Há o uso do patrimônio do estado, que é público (imóveis, terrenos, meios de trabalho etc.), mas que, progressivamente, vai sendo apropriado como fonte de especulação financeira, gerando rentabilidade.

A mesma pesquisadora ainda aponta que essas organizações de direito social privado, privilegiadamente àquelas ligadas aos bancos e empresas, ainda subcontratam organizações sociais menores, para ampliar os serviços sociais pelas quais são responsáveis. A título de exemplo, destaca a atuação do Todos pela Educação (TPE):

Todos pela Educação - TPE, que é composto por organizações como Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco, Fundação Bradesco, Instituto Lemann, Instituto Natura, Fundação Telefônica/Vivo, etc., e apoiado pela Fundação Roberto Marinho (da Rede Globo), pela família Johannpeter (dona da Gerda), pelo Burger King (parte do patrimônio do empresário João Paulo Lemann, junto com Ambev, Heinz e outras empresas), pela Fundação Educar DPaschoal, pelos institutos das empreiteiras Cyrela e MRV, pelo grupo Votorantim etc. O TPE não terceiriza de maneira simples a gestão de escolas e sistemas de ensino, mas faz uma prestação de serviços segmentada por cada um dos aspectos da divisão do trabalho educativo, oferecida pelos institutos e fundações de cada banco e empresa privada, dentre outros “parceiros da educação” (CATINI, 2019, n.p)^{xii}

Todo processo inovador é um movimento social, o que aponta para o seu caráter histórico, variado e multifacetado. Está claro que esse conglomerado aparece com vestes de inovação educacional, tendo por bandeira a melhoria do ensino público. A educação, como forma de transferência de saberes de uma geração a outra, é uma área privilegiada à reposição contínua de tecnologias, sejam elas de caráter reformador, sistêmico, pedagógico, técnico,

intelectual. Em outras palavras, nada mais conservador do que transformar o patrimônio público em mercadoria, para que sejam apresentadas como práticas modernizadoras, que pelo véu da ideologia, surge como inovação educacional.

Outro debate que elucida os processos de privatização do ensino público é a recente questão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a tentativa de transposição do financiamento estatal público ao Sistema S (Sesi, Senac, Senai, entre outros), por exemplo. Essas instituições já recebem fundos pela contribuição fiscal das empresas, repassada às entidades patronais, mas, ainda assim, querem receber um fundo público para a manutenção de prestígio pela qualidade dos seus serviços.

Vemos a plena implantação dos *vouchers* escolares, com a transferência de vagas das escolas públicas às privadas, o que pode, sistematicamente, levar ao fechamento de escolas. No caso de São Paulo, isso já é um plano ativo, desde 2015, antes mesmo do movimento estudantil secundarista, que pelas ocupações das escolas, fez denúncia ao desmonte do sistema público. Para a composição do ordenamento jurídico, o que está tramitando no Congresso Nacional é o repasse de 10% das vagas do ensino fundamental e médio para instituições privadas que se dizem filantrópicas ou “sem fins lucrativos”.

Freitas (2019, n.p) não mede palavras ao dizer que a ideia de “vouchers livres” beneficia, inclusive, o ensino domiciliar que, por conseguinte, incluem pastores, padres, empresários, militares como beneficiados desses mesmos repasses. Isso descontando o fato de que a tal proposta é uma ação visando à lavagem de dinheiro, já que, implicitamente, é dito que as escolas não têm lucro, quando na verdade, passam a ser rentáveis.^{xiii} Isto é, existe uma relação imediata entre os discursos voltados à Escola sem Partido que grita moral pelo direito parental de educar, mas que se conecta ao *homeschooling* com os processos de terceirização privada do ensino, sendo atravessadores do erário do Estado.

Essa composição de interesses passa pelo oferecimento de apoio pedagógico, orientação educacional e venda de materiais para as famílias. A ausência do estado seria um facilitador neste caso, amparado na própria ideia de escolha parental. O que aparece como um discurso livre é, então, o principal catalizador para processos de concessão de créditos fiscais para empresas e famílias, viabilizadas por recursos públicos. Somam-se a isso, os discursos sobre créditos reembolsáveis, convênios e contratos entre o estado e escolas charters, aquelas que têm a sua administração repassada do estado a alguma entidade de caráter privado (ADRIÃO, 2015,

2017). O que se apresenta como “liberdade de escolha”, mostra-se como uma coalização de forças para disparar processos de ganhos pelo uso do tesouro público.^{xiv}

Os processos de privatização da escola pública ainda fluem por outros canais menos observados. A ideia de inovações nos remete imediatamente às novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) e, pouco se fala, em diferentes significados de “inovações pedagógicas”.^{xv} Não há crítica sobre os fornecedores desses produtos, que há muito tempo já cartelizaram os seus interesses por venda direta, individual, de smartphones, tablets, computadores, impressoras e todos os implementos necessários para as ditas escolas inovadoras (BRAGHINI, 2015, n.p). Enfim, não é incomum ver escolas sendo incorporadas por um patronato neoliberal de empresas, concedendo selos de qualidade, apresentando-se como “amigas da escola”. O que está sendo problematizado é quem referendou essas empresas, lobistas, carteis, *think tanks* etc.. como os novos reformadores da educação?

Este eixo privatizador tem duas faces. A primeira procura diminuir a oferta pública de escolas em nome de planos majoritários de empreendimento capitalista que, em linhas claras, nada mais é que a isenção de uma parcela privilegiada da população com os destinos dos demais. Outra, com um apelo moralista para a manutenção de um estado de vigilância nas escolas, inclusive aberta também aos militares, agora novos formadores, que lutam pelo planejamento e controle da educação nas periferias, apresentando-se como um serviço social eficiente.

O caso das organizações dos irmãos Koch com base em *think tanks* é importante, forte, tentacular. Suas plataformas visam à difusão de um ideário neoliberal, cristão e racista, atuando sobre os encaminhamentos políticos de países latino-americanos, por meio da ação de variados institutos difusores do ideal libertarianista, que propaga a superioridade do indivíduo sobre o coletivo (SCHIAVON, 2020). Grande parte de seus financiamentos é distribuída por duas instituições, a mega *think tank* chamada *Atlas Network* e a organização estudantil denominada *Students for Liberty*, cuja missão é “educar, desenvolver e empoderar a próxima geração de líderes da liberdade”, num modelo único de educação. Essa conciliação de instituições financia pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, mantém investigadores sob sua égide, pagam pela circulação de seus nomes e amplificação de citações acadêmicas que a beneficia, financia universidades parceiras, possui laboratórios de inovações sociais etc.

MacLean (2017) conta que o sistema de escolas charter e o sistema de vouchers se fundam como planejamento do economista James McGill Buchanan, que foi financiado por Charles Koch. A Universidade George Mason, em Virgínia, local onde Buchanan trabalhava,

recebeu vultosas somas de dinheiro para o desenvolvimento do libertarianismo. Essa relação resultou na conhecida arrancada neoliberal que fez do Chile, nos anos 1970, um laboratório de privatizações, inclusive no campo da educação, pela sistemática implantação de escolas *charters* e do sistema de *vouchers*, tendo notórios resultados fracassados.^{xvi} Esse tipo de escola que se quer implantar no Brasil se utiliza também do argumento da liberdade de escolha das famílias pelas “melhores escolas”. Mas, no Chile, o resultado do processo criou nichos diferenciados de pessoas separadas por classe social e identidade racial. O fato pouco visível é que esse sistema foi inventado para frustrar as tentativas de superação da segregação racial nos EUA, o que faz desse tipo de escola uma instituição segregadora na sua gênese (SCHIAVON, 2020, MACLEAN, 2017, FREITAS, 2021).

Muitas vezes, os passos no processo de privatização do ensino público estão claramente identificados sob a forma de lobby. Este é caso da irmã do Ministro da Economia Paulo Guedes, Elizabeth Guedes, que é presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas (ANUP), e que faz pressão política em favor das corporações de ensino, interessada na produção de materiais didáticos. Essa associação representa os monopólios educacionais privados, como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras. Tais instituições já são reconhecidas nos processos de investimento educacionais em bolsa de valores e, agora, também agem pelo ganho financeiro com a Educação Básica, principalmente por dois caminhos: pelo reconhecimento de escolas *vouchers* e a implementação do Ensino Básico à Distância. Vemos esse encaminhamento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quando registra a possibilidade de o Ensino Médio ter 30% da sua carga à distância, levando a cabo a necessidade “urgente” de tecnologias educacionais que já têm sido ofertadas ao Governo Federal (BRAGHINI, 2019, n.p).

Mais uma vez, não se admira que o termo “inovação pedagógica” seja imediatamente ligado às TICs. Não é assombroso que a irmã do Ministro da Economia seja conhecida lobista deste tipo de interesse. E não é coincidência que Paulo Guedes seja formado pela Escola de Chicago, tenha sido aluno de Milton Friedman, e segua planos para o encaminhamento da educação pública como setor empreendedor da economia de livre mercado. Também não parece coincidência que tenha sido professor na Universidade do Chile nos anos 1980, no mesmo período de implantação dos *vouchers* naquele país, pela mão do mesmo James Buchanan. Menos ainda que o Instituto Millenium, tendo-o como um dos fundadores em 2005, proclame a preocupação com a educação do século XXI, incluindo a participação do mundo privado no planejamento da BNCC.^{xvii}

Há ainda uma quarta vertente neoconservadora, dita “intelectual”. Não é um grupo unânime. Uma parcela deste aglomerado representa o campo acadêmico. Um nome que circula muito em defesa do pensamento conservador é Bruno Garschagen^{xviii}. Existe em sua página do

o”.

É reconhecível na mensagem de Garschagen a influência do pensamento de Roger Scruton que repete muita a ideia de que os conservadores querem manter as coisas belas, manter as coisas boas, cuidar da harmonia social e desestimular ideias vãs de mudanças abruptas da sociedade. Este intelectual tem o título de Sir e referendou as suas credenciais sendo professor nas universidades de Cambridge, Londres, Boston etc. Garschagen usa da certificação institucional para apresentar as suas propostas sociais e ampliar o território de ação do pensamento conservador no Brasil.

Repete, a título de exemplo, uma história acontecida com Scruton, a respeito do Maio de 1968, para explicar o que é ser um conservador. O jovem Scruton, estando diante de estudantes em Paris, viu “uma multidão indisciplinada de hooligans autoindulgentes de classe média” e ficou enojado pela posição dos manifestantes frente a “uma receita ridícula para slogans marxistas” e que “deveria haver um caminho de volta para defender a civilização ocidental contra essas coisas”.^{xix} Como se vê, o autor não está entregue ao risco de se lançar em um movimento político que, segundo ele, não levaria a nada, fazendo uma força retroativa em defesa da civilização.

Essa ideia de que as utopias não têm serventia e de que é necessário ter planos para o reenquadramento social de sujeitos desviantes, possui um fundo histórico bem consolidado no Brasil, bastando apenas voltar os olhos para o período da ditadura civil-militar, instaurada em 1964. Havia, sim, uma preocupação sobre quais seriam as trajetórias de vida aceitas, em contraposição às atitudes combativas vindas de uma parcela da juventude (urbana e rural, armada ou atuando em movimentos sociais e estudantis), e isso fica claro diante de estudos que focam as transformações curriculares, principalmente em relação à disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC).^{xx}

Aliás, não por coincidência, propostas de uma disciplina escolar de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) sempre retornam aos debates legislativos como pauta da linha conservadora no Congresso.^{xxi} Vale mencionar que esses

projetos de lei em tramitação no legislativo têm como denominador comum a ideia de que a escola é um lugar de formação para o trabalho. Tomamos como exemplo o PL 2170/2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que além de defender uma visão cristã para as escolas, propõe incluir nos currículos do ensino fundamental, a partir do sexto ano, e do ensino médio, o conteúdo de matemática financeira e planejamento financeiro como temas transversais, reconfigurando os valores de civismo por pautas empreendedoras e empresariais.

Voltando a Garschagen, um de seus artigos, denominado “Os dois problemas fundamentais da reforma de ensino”, está repleto de motes empreendedores e de construção do sujeito como empresa de si mesmo. Primeiro diz que ensino não é educação, pois quem educa é a família. Anuncia-se como “um não especialista em educação” para postular que o governo não deve centralizar a discussão sobre o ensino. Indica que é favorável a um currículo mínimo “um ensino de qualidade e exigente que permita ao aluno querer estudar e terminar o ensino médio dominando o idioma pátrio, as operações matemáticas e sabendo as demais disciplinas”. Afirma que as escolas do estado “são uma porcaria”, sem apresentar dado algum. Aponta para o que considera uma boa escola: escola limpa, diretor que saiba dirigir, professores bem formados, currículo obrigatório “mínimo”. Repleto de senso comum, escreve para favorecer a sua tese, publicada em livro, e que é repetida *ad nauseam* em diferentes canais de comunicação: de que o cidadão gosta muito de direitos, mas não quer cumprir deveres, e que não se deve depositar tantas esperanças em um governo central. Mais interessado em vender o seu livro, já que ele é tido por conversador bem sucedido, arremata a sua análise de maneira cínica:

Tudo o que fuja disso é tergiversação ou discussão irrelevante sobre uniforme para menino que não se sente menino e menina que não se sente menina - seguindo um programa ideológico convertido em lei. Neste caso, a minha proposta é simples: uniforme eunuco para omitir o gênero.^{xxii}

Como vemos, a pauta sobre o poder privado das famílias e o desprezo pelas discussões de gênero são replicadas constantemente, por grupos diferentes. Neste caso, é mote para ceder palavra ao sempre referenciado “professor Olavo de Carvalho”, sujeito que nutre profundo desprezo pelas instituições superiores, universitárias, acadêmicas e que também é contrário à gerência do governo federal, em relação ao ensino público, por considerá-lo expressão do “comuno-esquerdismo”. Este admite que não tem um projeto de país como referente político, mas, apenas, a destruição do “esquerdismo”.^{xxiii}

Este grupo tem profunda convicção de um possível domínio da esquerda no campo universitário. Por isso, tem como estímulo a quebra do que eles consideram como um domínio cultural da esquerda. Articula suas posições em um contra-ataque em nome de uma “guerra

cultural” que pretende eliminar o potencial intelectual das instituições acadêmicas, seja por desprezo ou negacionismo. No sentido de ataque, o jogo da moral é essencial, pois apela à visão de uma sociedade purificada, ministrando profundo ódio pela ciência. Tem por mote político o delírio, constitui tradições por *fake news* e se diz revisionista histórico, mesmo desconhecendo o que é a lógica histórica.^{xxiv}

Mas uma coisa é pensar no grupo que é formado por bases digitais em nome de um conservadorismo, ora messiânico, ora dito “clássico”. A outra é pensar no personagem “Olavo de Carvalho”. Focando no agrupamento, destacamos o site “Terça Livre” e o produtor de conteúdos em vídeo “Brasil Paralelo”, bem como as diferentes editoras que passaram a publicar as produções de intelectuais conservadores, com vistas a educar a população.

Terça-Livre, por exemplo, diz que reconhece a “cada vez maior relevância intelectual do professor Olavo de Carvalho e outros gigantes do passado brasileiro”. Atua contra a grande mídia e os círculos acadêmicos. Seus integrantes se mostram benfeitores. Já os produtores de conteúdo do “Brasil Paralelo” dizem fazer revisão histórica, desconsiderando a crítica documental. Possuem um “núcleo de formação” para a distribuição de conteúdos escolares. O cliente do site seria “recuperado do sistema de ensino”, para assumir o protagonismo de sua vida intelectual, e deixar de ser massa de manobra.^{xxv}

Também há o crescimento do nicho de conteúdo conservador ampliado por editoras, tais como, a Editora Concreta, É Realizações, Vide Editorial, Edições Kíron. Essas editoras foram abertas no processo de crescimento da onda conservadora que despontou a partir de 2003, algumas delas, publicando os livros que são citados por Carvalho em seus cursos, diretamente ligadas a ele, ou marcando posição com literatura de referência de *think tanks* libertarianos.^{xxvi} Talvez o caso mais reconhecido seja o acontecido com a Editora Record que, fundada em 1940, ampliou o seu mercado, ao adquirir as editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra, para depois, sob a batuta de Carlos Andreazza, passar a ser reconhecida como propulsora de referências da direita no Brasil, dentre eles, o próprio Bruno Garschagen (SILVA, 2018, p.73).

A ideia deste grupo, que direta ou indiretamente, está na órbita de Olavo de Carvalho procura expandir-se por exercício de “metapolítica”, ou seja, visam à infiltração de ideias e quadros nos meios de produção de cultura, arte, entretenimento, cultos de igreja, abrindo sites próprios, redes de relacionamento, mídias jornalísticas, produção de conteúdo, impressos e editoras. Isto é, não veem a sua atuação imediatamente ligada aos veículos comuns de produção cultural acadêmica, artigos, revistas científicas etc. Não se trata de fazer um embate direto na

arena intelectual dos circuitos acadêmicos, mas de introjetar-se e projetar-se por diferentes canais culturais dinâmicos e populares produzidos especialmente para este fim.

Para Olavo de Carvalho, pessoalmente, o Ministério da Educação (MEC) não deveria existir. Na sua avaliação, a pasta só dá prejuízo, pois os “nossos alunos tiram os últimos lugares nos testes internacionais”. Prega o fechamento do órgão, inclusive com a finalidade de baratear custos.^{xxvii} Um de seus vídeos publicados no You Tube com o título: “Como salvar a educação no Brasil?” segue pela mesma linha. No vídeo, encontram-se a raiz da ideia de que um planejamento educacional centralizado no Governo Federal é “coisa de comuno-fascista que vem desde o tempo de Getúlio Vargas”. A educação centralizada representaria um ideário que vem de “gênios iluminados”, diz sarcasticamente. “Tem que acabar com isso”, postula. O único trabalho do Ministério da Educação seria o de avaliador.

Dessa forma, para Olavo de Carvalho, a solução para a educação brasileira seria a criação de diferentes ações, descentralizadas, que representariam os variados interesses de uma população de 220 milhões de pessoas. Segundo este registro, as pessoas devem se “auto educar”, utilizando da capacidade criativa dentro de suas condições locais. Formar-se dentro de agrupamentos, institutos, fundações, Rotary Club, até mesmo “time de futebol”. Reforça a necessidade de “educar a si mesmo”, pois essa seria a solução para que não haja o comando de um governo central. Ele também não aprova projetos de educação que propõem “soluções milagrosas”, tais como as escolas militares ou o *homeschooling*. Sua crítica aos militares se dá por uma experiência particular, pois já foi professor em escola militar. Embora considere a escola militar melhor do que todas as outras, diz que o nível intelectual dos militares “é baixo” e que não “são capacitados para educar ninguém”. Afirma que ele é uma das únicas pessoas no país que sabe o que é “educação”.

Considerações Finais

É possível definir o neoconservadorismo brasileiro como um movimento político e social que estabeleceu acima de tudo o ideário privatista, ao defender o predomínio do poder privado tanto corporativo quanto familiar, na ordem social. Detecta-se de modo claro a ideia de estado punitivo, principalmente no plano da moralidade e, ao mesmo tempo, o desmonte do Estado brasileiro, alterando-o à meritocracia individualista, pilar da tal racionalidade neoliberal. O que se observa é um complexo relacionamento de sujeitos que pautam uma agenda tanto neoliberal, pensando imediatamente o ensino público como caminho seguro, inclusive apontado pela OMC, para lucros extraordinários; quanto de um evangelismo cristão de direita, que

pretende participar desse mesmo jogo, mas que, por seus termos, também visam a um processo de “purificação social”. As proposições apresentadas acima mostram a ascensão conservadora no Brasil com planos de regeneração da sociedade a partir de valores cristãos, patrióticos, com vestes de messianismo de Estado.

Essa fusão de interesses, às vezes, são desconectados, pois a parcela do privatismo econômico não se mostra reacionária ao ponto de pregar o evangelismo extremista. Ao contrário, como grupo que prega a inovação educacional e pedagógica, surgem como sujeitos alheios aos retrocessos, muito embora o plano de se fazer ganho privado com o patrimônio público seja tão antigo quanto o histórico de corrupção de que se dizem isentos.

Ao final, é importante, mais uma vez, destacar o grupo que pede modificações no ensino público por uma agenda dita “inovadora”. Vendem a ideia de que as soluções para a educação pública brasileira necessitam desse tal caráter modernizador pelo lema “educação do século XXI”, mas que descarta a historicidade. Segundo este grupo, inovadores são os discursos de melhoria, de “todos pela educação”. Inovadores são os materiais oferecidos às escolas, imediatamente, as tais “tecnologias educacionais”. Portanto, inovação é um pilar de uma educação defendida por um grupo que privilegia soluções individualistas para a educação brasileira.

O ambiente está propício para processos de privatização dos mais variados tipos: rendimentos, aplicação em bolsa, privatização do patrimônio público, venda de materiais etc. Juntos, mostram todo um horizonte de destruição. Por um lado, por pautas contrárias à diversidade social, termo que representa o conjunto dos inimigos imaginários, tidos por “comunistas”, “esquerdo-petistas” etc. Um outro aspecto que se destaca é a alteração da posição do governo, que não desaparece, mas secretaria as diferentes ações de privatização do ensino, de modo que haja a fluidez dos trâmites privados, com fechamentos e contratos, processo de venda e operações para a segregação de escolas mais e menos seletas, tendo em vista, os critérios meritocráticos de apontamento da função dos vouchers e do caráter das escolas charters.

Hirschman (1992) nos diz que a sociedade liberal, em 200 anos, sempre foi capaz de criar mecanismos que procuram refrear, impedir, mesmo pela força-bruta, aquilo que surge como progressismo, e que a coalização de grupos muito diversos é esperada, quando o sentimento é de ameaça à tradição, mesmo que ela seja recém inventada. Essas disputas se dão em todos os campos sociais e são objeto de interesse especial para o campo da educação, uma

vez que as demandas dos diferentes grupos estão encontrando respaldo no campo político, exigindo uma ação educacional adequada às suas conquistas.

O ensino público, como tecnologia social, existe como um universo sempre em disputa, principalmente, porque a ação curricular permite a replicação, até mesmo perpetuação, de interesses pensando as tradições, sejam elas antigas ou criadas na situação do combate, tal como a “ideologia de gênero”. Entretanto, o que está sendo pedido por esses discursos é a destruição do caráter público do ensino, quando se luta por *homeschooling*, empreendedorismo financeiro ensinado às crianças, controle parental e doméstico da educação, segregação de escolas por mérito etc. O que se pede é a perda da política e dos espaços abertos e coletivos de confronto.

Vejamos um último caso que ilustra fortemente essa condição privatista que mobiliza a coalizão de grupos diferentes em nome de uma purificação social, tendo a escola como mecanismo de administração do gênero e das formas familiares. A nomeação em março de 2021, de uma aliada ao movimento ESP, a professora Sandra Ramos (UFPI), evangélica, conservadora, como coordenadora de materiais didáticos, pelo então ministro da Educação, o pastor Milton Ribeiro, visa apagar progressos sociais em nome da diversidade de gênero. Junto a ela, o conjunto composto por Carlos Nadalim, aluno de Olavo de Carvalho, à frente da Secretaria de Alfabetização, e Inez Augusto Borges, assessora especial do MEC, que defende a adoção de princípios bíblicos no ensino, preconizam um discurso em nome da heterossexualidade como a norma metro-padrão do comportamento sexual, determinando o parâmetro geral das famílias brasileiras, enquanto bradam por educação domiciliar.

Na essência dessas ações, por um lado, há segregação; por outro, mercantilização pura, que vê a escola de uma maneira dúbia e, por isso, fragmentária, sectária. Em um primeiro momento, pensam na fragmentação do sistema escolar quando clamam pelo controle parental do ensino doméstico, não projetando qual seria o resultado disso, tendo em vista o poder de coesão social da escola. Ao mesmo tempo, querem o domínio da escola, pois a veem pelo seu ponto obscuro, como instrumento poderoso de manutenção das hierarquias sociais, morais, políticas e, por isso, dinamizam a reprodução de inferiorizações do outro que, já existentes, só tendem a ampliar.

O caráter privatista impera na concepção de vida desses grupos. Um plano repleto de preconceitos e moralismo está posto. Independentemente do ponto que se olhe, a democracia não é um elemento fundante.

Referências

ALVES, J.A.L. Coexistência cultural e “Guerras de religião”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, v. 25, n. 72, p.21-35, fev, 2010.

AMARAL, Daniela P. & CASTRO, Marcela M. Educação Moral a Cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 50, n. 178 p. 1-19, out./dez. 2020.

AMARAL, Daniela Patti do. Ética, Moral e Civismo: difícil consenso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v.37, n.131, p.351-359, maio/agosto, 2007.

BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRAGHINI, Katya. Ideology of Brazilian National War College in the output of moral and civic education textbooks and anti-communism (1961-1980) *Educació i Història: Revista d’Història de l’Educació*, n.35, p. 47-73, jan/jun, 2020.

_____. Sobre o desaparecimento da profissão docente. São Paulo: Justificando, 2019. Disponível em <https://www.justificando.com/2019/10/03/sobre-o-desaparecimento-da-profissao-docente/> Acesso em 28 mar. 2021.

_____. Ensino Híbrido ou Ensino Franqueado. Pensar a Educação em Pauta, Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2015. Disponível em <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/ensino-hibrido-ou-ensino-franqueado-exclusivo/> Acesso em 31 mar. 2021.

CATINI, Carolina. Educação: revelação de mais uma face da financeirização e privatização dos direitos sociais. [Entrevista concedida a João Vitor Santos]. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo: Unisino, Ed. 39, 19/08/2019. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7621-educacao-revelacao-de-mais-uma-face-da-financeirizacao-e-privatizacao-dos-direitos-sociais> Acesso em 31 mar. 2021.

FREITAS, Luis Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O Pensamento Conservador: perversidade, futilidade e risco*. Algés: Difel/Difusão Editorial, 1997.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

_____. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LAFUENTE, Antonio. *Ouvir (e salvar) as crianças para a nova educação*. Outra Palavras. São Paulo, 04/05/2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/ouvir-e-salvar-as-criancas-para-nova-educacao/> Acesso em 06 maio 2021.

LAVAL, CHRISTIAN. *A escola não é uma empresa*. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos, BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IESP, v. 57, n. 3, pp. 601-631, 2014.

MCLEAN, Nancy. *Democracy in chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America*. New York: Penguin, 2017.

MANNHEIM, Karl. Conservative Thought. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on Sociology and Social Psychology*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltd., 1959, p. 74-119.

MEYER, Arno. *A Força da Tradição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *A dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULA, Marilene de. A nova classe trabalhadora e o neopentecostalismo. In: BARTELT, David Danilo (org). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p.124- 134.

SCHIAVON, Carolina M. R. *Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação*. 2020.223f. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC-SP, São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

SEPULVEDA, Denize e SEPULVEDA, José Antonio. Laicidade do Estado e da Educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília: CNTE, v. 14, n. 28, p. 91-105, jan./abr. 2020.

SEPULVEDA, José Antonio e SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. *Currículo Sem Fronteiras*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFJF, v. 13, nº 2, p. 73-84, dezembro. 2018.

TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela Eternidade*. O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo.V.L; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017.

ⁱ Sobre o conceito de intelectuais, ver: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ⁱⁱ Breitbart News Network é um site de notícias, opinião e comentários políticos, fundado em 2007 pelo conservador Andrew Breitbart. O jornalismo é visto como de extrema-direita, com conteúdo de caráter racista, xenófobo, misógino. Para saber mais, ver: <https://www.breitbart.com/>

ⁱⁱⁱ Ao longo do artigo usaremos o termo “neoconservadores”. A expressão agrega diferentes grupos com variados interesses sociais, políticos, econômicos e culturais. O fator agremiador entre todos é o seu interesse por pautas privatistas, podendo estar ligadas ao domínio de um tipo de família na condução política dos costumes; ou pela determinação exemplar do caráter privado sobre a economia, visando o esfacelamento do público; ou pela extremada valorização da individualidade meritocrática, como a expressão privada de conquista do *self-made man*. Lacerda (2018, p.6) enxerga na atual direita brasileira grupos que seguem muitas pautas sociais por um modelo estadunidense, e que elas estão em pleno desenvolvimento na Câmara dos Deputados do Brasil, por meio de um “ativismo pela família tradicional, pelo punitivismo, pelo neoliberalismo e pelo combate ao bolivarianismo”. Entende-se “bolivarianismo” como uma categoria geral definidora de todo “esquerdismo”, “petismo”, “comunismo” etc.

^{iv} Vários grupos políticos em atuação no país são assimilados como sendo fascistas diante do texto “Ur-Fascismo” de Umberto Eco, quando este caracteriza os 14 pontos para a identificação de fascistas: a xenofobia, o medo do diferente, inveja ou medo do “inimigo”, transferência da vontade de poder para questões sexuais etc. Há quem aponte a relação de Bolsonaro com o extremismo cristão como sendo uma paixão puramente fascista. Da mesma forma, o eixo estrutural de sociedade proposto por Olavo de Carvalho, dito “tradicionalista”, refunde ideias fascistas para o atual cenário brasileiros e, neste aspecto, parcelas da mídia cunham a expressão “neofascismo” ou “novo fascismo brasileiro”.

^v A tese da perversidade diz que qualquer ação deliberada para melhorar alguma característica essencial da ordem social serve apenas para agravar o exato aspecto que se deseja atenuar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social são inúteis, pois ações progressistas não conseguem fazer a diferença diante de uma estrutura mais consolidada que deve ser protegida. A tese do risco defende que o custo da mudança é demasiado alto e as eventuais melhorias não compensam o risco de fazer perigar as conquistas anteriores. Conservadores não pensam em modificações estruturais sem que eles sejam os articuladores. Não julgam que melhorias acontecem de maneira plena e imediata. Pregam um processo de mudança paulatina e não negam o ritmo quase estacionário. De certa forma, a estabilização social mostra que o quadro de coalizões conservadoras está funcionando. As três teses acima mostram que os caminhos conservadores buscam ser duradouros e atacam medo quando contrariados.

^{vi} É importante ressaltar, como explica Lacerda (2019), que o neoconservadorismo brasileiro, em atividade no congresso nacional, é majoritariamente neopentecostal. Entretanto, não podemos negar a existência de um forte extremismo católico. Tal extremismo ganhou muita força a partir da assinatura da Concordata Brasil-Vaticano em 2010. Cf. ratier (2009).

^{vii} O pentecostalismo é um movimento evangélico de igrejas e organizações cristãs que realçam a doutrina do batismo no Espírito Santo. O termo “neopentecostalismo” expressa o movimento conhecido como Terceira Onda do Pentecostalismo nascido dentre correntes pentecostais nos Estados Unidos em meados dos anos 1970 e 1980. É um movimento dissidente do pentecostalismo chamado “clássico” e também não se deve misturá-lo às igrejas Batistas, Presbiteriana, Metodista etc. Além disso, buscam a recuperação do termo “carismático” que, no Brasil, passou a ser a designação imediata do movimento Renovação Carismática Católica (RCC) que também está capitaneando a ideia de ESP. Miguel Nagib, idealizador deste projeto, em 2004, é conservador e católico. As diferentes denominações evangélicas tradicionais têm um crescimento acentuado nos últimos anos e as igrejas Pentecostais eram 8 milhões em 1980 e 22 milhões em 2000, conforme constatado pelo Censo (IBGE).

viii O parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) referente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI5537-MC/AL) movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) contra o Projeto Escola Livre apresentado na Câmara de Vereadores de Maceió (Alagoas), confirma a ilegalidade do projeto. E, ainda assim, há diversas proposições que foram apresentadas nos legislativos em diferentes partes do país.

ix Segundo Lacerda (2019, p. 202): “Neoliberalismo, punição e família se entrelaçam. Entrelaçam-se em partes, porque os protagonistas da ação pró-família patriarcal e neoconservadora criminal de regra encamparam agendas que são verdadeiras expressões contemporâneas do Consenso de Washington.)

x Segundo Lacerda (2019, p. 202): “Neoliberalismo, punição e família se entrelaçam. Entrelaçam-se em partes, porque os protagonistas da ação pró-família patriarcal e neoconservadora criminal de regra encamparam agendas que são verdadeiras expressões contemporâneas do Consenso de Washington.)

xi Cf. FREITAS, 2018, p. 104-105; DARDOT E LAVAL, 2016, p. 225; LAVAL, 2003, p. 101 e 118.

xii Educação: revelação de mais uma face da financeirização e privatização dos direitos sociais. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7621-educacao-revelacao-de-mais-uma-face-da-financeirizacao-e-privatizacao-dos-direitos-sociais> Acessado em 31/03/2020.

xiii Análises disponíveis em: 1) Sobre a lavagem de dinheiro: <https://avaliacaoeducacional.com/2019/10/11/as-corporacoes-a-privatizacao-e-o-dinheiro-publico/> 2) Sobre o FUNDEB: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/12/11/fundeb-comeca-a-extincao-da-escola-publica/> Acessados em 17/04/2021.

xiv A discussão sobre o *homeschooling* está amparada pela pesquisa de William Marcos Botelho, denominada “A História da Educação Domiciliar no Brasil” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PEPG-EHPS, sob a orientação da Profa. Dra. Katya Braghini.

xv Exemplo de uma proposta contra hegemônica de inovação educacional, pode ser vista na proposta de Lafuente (2021) que propõe a relação entre a criativa episteme das crianças com os movimentos sociais, entendidos como agentes cognitivos. No caso deste artigo, as TICs perdem muito o seu poder de ideologia. Disponível em <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/ouvir-e-salvar-as-criancas-para-nova-educacao/> Acessado em 06/05/2021.

xvi Sobre a questão da segregação ocasionada pelo sistema de vouchers, leia: <https://avaliacaoeducacional.com/2019/10/27/vouchers-segregacao-esta-na-base-da-revolta-chilena/> Para entender todos os problemas a que levam o sistema de vouchers, ver: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/10/08/f-schuler-a-ideologia-acima-dos-dados-i/> Para ver o fracasso das privatizações das escolas no Chile, acompanhe: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/10/08/f-schuler-a-ideologia-acima-dos-dados-i/> Acessado em 01/04/2021.

xvii Qual modelo de educação o Brasil necessita? Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/pagina-educacao/> Acessado em 01/04/2021

xviii Defensor do liberalismo, uma vez próximo a Olavo de Carvalho, foi chefe de comunicações do Ministério da Educação durante a gestão de Ricardo Vélez Rodrigues. Na sua conta de Twitter disse que a nomeação de tal ministro foi um “golacho de Jair Bolsonaro”, porque ele seria um “grande intelectual”, ao enaltecer os seus estudos sobre patrimonialismo. Indicava a ajuda do ministro na escrita de seu primeiro livro e finaliza dizendo que Vélez Rodrigues reunia “qualidades para realizar um excelente trabalho”. Tempos antes, em 2013, ele já havia postado uma entrevista feita com o então indicado para a pasta, no Instituto Mises Brasil fazendo longa apologia dos seus trabalhos acadêmicos e comentários sobre o liberalismo na América Latina. Se gaba de ser “autor dos best-sellers”, tais como “Pare de Acreditar no Governo - Por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado” (Editora Record, 2015) e “Direitos Máximos, Deveres Mínimos - O Festival de Privilégios que Assola o Brasil” (Editora Record, 2018). É doutorando do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (CIEP). E, ao que parece, publicou 140 textos rápidos em diferentes meios de comunicação. Tanto o fato de publicar na Editora Record, quanto fazer publicar muitos de seus textos em mídias eletrônicas será discutido no artigo. Bruno Garschagen está no Twitter como @BrunoGarschagen.

xix Disponível na análise: <https://www.theguardian.com/books/2000/oct/28/politics> Acessado em 03/01/2021.

xx Decreto-Lei 869/69 de 12 de setembro de 1969.

xxi Amaral e Castro (2020) mapearam, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, nove proposições, Projetos de Leis, propondo o retorno de tais disciplinas, que estão tramitando de 2007 até os dias atuais. A saber: PL 142/2011 do Deputado Wellington Prado (PT/MG); PL 8298/2014 da Deputada Jaqueline Roriz (PMN/DF); PL 5960/2013 do Deputado Valternir Pereira (PSB/MT); PL 542/2015 do Deputado Willian Woo (PV/SP); PL 70/2015 do Senador Romário (PSB/RJ); PL 5985/2016 do Cabo Daciolo (PTdoB/RJ); PL 10227/2018 do Deputado Nilton Leitão (PSDB/MT); PL 504/2019 da Deputada Dayane Pimentel (PSL/BA); e PL 2170/2019 do Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ).

^{xxii} Os dois problemas fundamentais da reforma do ensino. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/sem-mimimi/os-dois-problemas-fundamentais-da-reforma-do-ensino-20169528.html> Acessado em 01/04/2021

^{xxiii} O artigo não fará nenhuma discussão sobre a produção de fake news pela máquina tecnológica de adeptos de Jair Bolsonaro por considerar a discussão ampla demais para os propósitos do texto. Apresenta a título de exemplo, sites, grupos, programas de conteúdo que se articulam como um espaço de mídia com conteúdo especificamente conservador, e abertamente indicado como sendo da direita. Do mesmo modo, o artigo não se aprofunda na base teórica e histórica que amara o pensamento do agrupamento de Olavo de Carvalho, denominado Tradicionalismo. O Tradicionalismo tem sua fundação amparada pelas ideias de dois pensadores do início do século XX, René Guénon (1886-1951), francês e Julius Evola (1898-1974), italiano. O grupo sob influência de Olavo de Carvalho, segue a doutrina do “Tradicionalismo”, um sistema de castas sociais com predominância de homens brancos; visam a ocupação de novos espaços de difusão cultural; celebram o reacionarismo (Cf. TEITELBAUM, 2020).

^{xxiv} Conteúdo amparado pelos estudos de Leticia Duarte para o projeto global Democracy Undone: The Authoritarian's Playbook, do TheGroundTruth Project (2019)

^{xxv} Conteúdo de Terça-Livre está disponível em: <https://tercalivre.com.br/> Acessado em 18/04/2021. O site do Brasil Paralelo está disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/home/> Acessado em 18/04/2021.

^{xxvi} O segmento se abriu para publicar autores variados, desde São Tomás de Aquino, passando por Ortega y Gasset, e economistas como Ludwig von Mises. Muitas publicações são referências apresentadas pelo próprio Olavo de Carvalho, como Xavier Zubiri, René Girard, Mário Ferreira dos Santos, René Guenon e Eric Voegelin. A editora É Realizações é uma das editoras mais antigas, foi fundada na virada do século XXI e acompanha Olavo de Carvalho desde os primórdios. Já a Editora Concreta foi fundada por alunos dele. Para saber mais veja a reportagem, disponível em <https://epoca.globo.com/o-boom-editorial-conservador-puxado-por-olavo-de-carvalho-23272585> Acessada em 02/04/2021.

^{xxvii} Entrevista concedida ao Programa “Os pingos nos Is” da rádio Jovem Pan de São Paulo. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/olavo-de-carvalho-mec-nao-deveria-existir.html> Acessada em 21/01/2021

^{xxviii} O vídeo “Como salvar a educação no Brasil” está registrado no canal de Olavo de Carvalho no You Tube. Duração: 8 minutos. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=-ztc_j1VwQ0 Acessado em 22/01/2021.